Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 22 de março de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112

Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.22 06:53:42 -03'00'

ATER TRANSENERGIA RENOVÁVEL

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: **CARTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A **Transenergia Renovável S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais. **Conselho de Administração: 1. HISTÓRICO:** A **Transenergia Renovável S.A.**, constituída em 18 de dezembro de 2008, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica–ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia–MME. Seu controle acionário é detido pela Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%. Em 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 – ANEEL, com prazo de concessão de 30 anos para a Rede Básica. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu entre abril de 2011 e maio de 2013. Em cumprimento ao Despacho n°. 1.355/2021, a Companhia celebrou o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n°. 009/2009, cujo objetivo é formalizar recomposição do prazo da concessão, mediante o acréscimo de 399 (trezentos e noventa e nove) dias ao prazo da concessão, alterando o seu término para 26 de maio de 2040. Em conformidade com o referido Despacho, a ANEEL, por meio do Ofício Circular 09/2023- SCT/ANEEL, determinou que os 10 (dez) Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs, que versam sobre as ICGs e IEGs sob a concessão da Companhia, fossem prorrogados por igual período, com o objetivo de alterar a data de término de 30 de junho de 2025 para 04 de agosto de 2026. **2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Dados Econômico-financeiros	2023	2022
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	115.863	59.996
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	100.504	53.749
Resultado Financeiro (R$ mil)	(8.017)	(10.959)
Lucro Líquido do Exercício (R$ mil)	51.878	24.244
Ativo Total (R$ mil)	356.305	320.696
Dívida Bruta (R$ mil)	95.197	108.490
Dívida Líquida (R$ mil) (*)	62.842	86.395
Patrimônio Líquido (R$ mil)	207.272	182.165

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0405% a.a.	95.197	108.490
Circulante		9.934	10.251
Não circulante		85.263	98.239

4. CAPITAL SOCIAL: O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 158.600.000,00 (cento e cinquenta e oito milhões e seiscentos mil reais), representado por 220.600.000 ações ordinárias, sem valor nominal. **5. AUDITORES INDEPENDENTES:** Nos termos da Instrução CVM nº. 308/99, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para atendimento às exigências regulatórias da ANEEL. A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO–2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Conselheiros Titulares:	De	Até
Presidente		
Fernando Augusto Rojas Pinto	01/01/2023	31/12/2023
Vice-Presidente		
Victor Hugo Góes Ricco	01/01/2023	31/12/2023
Membros		
Flávio Cesar Guimarães Ávila	01/01/2023	31/12/2023
Lina Patricia Coy Calixto	01/01/2023	31/03/2023
Diego Alejandro Forero Beltrán	01/04/2023	31/12/2023
Conselheiros Suplentes		
Lina Patricia Coy Calixto	01/04/2023	03/11/2023
Miguel Angel Rojas Torres	01/01/2023	31/12/2023

DIRETORIA

Diretor Presidente	De	Até
José Mauro Martins Leone	01/01/2023	08/03/2023
Gersino Saragosa Guerra	09/03/2023	31/12/2023
Diretor Técnico	**De**	**Até**
Antonio Costa e Costa	01/01/2023	31/12/2023

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.688	8.631
Concessionárias e permissionárias	6	9.311	8.170
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	60.726	58.767
Outros créditos		1.403	380
Total do ativo circulante		**91.128**	**75.948**
Ativo não circulante			
Aplicações financeiras vinculadas	5	12.667	13.464
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	251.678	230.555
Cauções e depósitos restritos		457	457
Imobilizado		375	272
Total do ativo não circulante		**265.177**	**244.748**
Total do ativo		**356.305**	**320.696**
Passivo	**Nota explicativa**	**31.12.2023**	**31.12.2022**
Passivo circulante			
Fornecedores	9	1.081	334
Debêntures	10	9.934	10.251
Impostos correntes a pagar		1.880	1.060
Dividendos a pagar	8.b	12.321	5.551
Outras contas a pagar	11	4.044	3.625
Total do passivo circulante		**29.260**	**20.821**
Passivo não circulante			
Debêntures	10	85.263	98.239
Tributos diferidos	18.a	34.510	19.471
Total do passivo não circulante		**119.773**	**117.710**
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	158.600	158.600
Reserva de lucros	13.b	48.672	23.565
Total do patrimônio líquido		**207.272**	**182.165**
Total do passivo e patrimônio líquido		**356.305**	**320.696**

Demonstrações do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Receita líquida	15	100.504	53.749
Custos de operação e manutenção	19	(11.708)	(11.953)
Lucro bruto		**88.796**	**41.796**
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(174)	(274)
Remuneração dos administradores	8.a	(1.027)	(825)
Serviços de terceiros		(888)	(2.007)
Outras receitas e despesas operacionais		(270)	(358)
Total das despesas gerais e administrativas	16	**(2.359)**	**(3.464)**
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**86.437**	**38.332**
Receitas financeiras		4.143	3.840
Despesas financeiras		(12.160)	(14.799)
Resultado financeiro líquido	17	**(8.017)**	**(10.959)**
Lucro antes dos impostos		**78.420**	**27.373**
Imposto de renda e contribuição social		(26.542)	(3.129)
Lucro líquido do exercício		**51.878**	**24.244**
Resultado por ação - em reais	14	**0,2352**	**0,1099**

Demonstrações do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Total do resultado abrangente do exercício	**51.878**	**24.244**

Demonstrações do valor adicionado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	31.12.2023	31.12.2022
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	30.048	19.474
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	85.815	40.522
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(12.388)	(13.789)
Valor adicionado bruto	**103.475**	**46.207**
Depreciação e amortização	(29)	(43)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**103.446**	**46.164**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.143	3.840
Valor adicionado total a distribuir	**107.589**	**50.004**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**1.532**	**1.452**
Remunerações	299	359
Férias e 13º Salário	62	92
Encargos sociais (Exceto INSS)	28	33
Benefícios	116	143
Administradores	1.027	825
Impostos, taxas e contribuições	**42.019**	**9.510**
INSS (Sobre folha de pagamento)	97	114
ICMS	19	13
PIS/COFINS s/faturamento	10.593	2.190
Tributos sobre o lucro	26.542	3.129
Obrigações intrassetoriais	4.766	4.057
Outros	2	7
Remuneração de capitais de terceiros	**12.160**	**14.798**
Encargos de dívida e variação monetária	11.664	14.332
Outras	496	466
Remuneração de capitais próprios	**51.878**	**24.244**
Lucro retido do exercício	39.557	18.486
Dividendos	12.321	5.758
Valor adicionado distribuído	**107.589**	**50.004**

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	31.12.2023	31.12.2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		51.878	24.244
Ajustes em:			
PIS e COFINS Diferidos		2.135	(634)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.903	(535)
Remuneração do ativo de contrato	7	(85.815)	(40.522)
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	10.a	11.855	14.560
Depreciação		29	43
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber (Ativo de contrato)	7	62.733	57.889
Concessionárias e permissionárias		(1.141)	(241)
Outros créditos e outros ativos		(1.023)	(3)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		747	(107)
Impostos correntes a pagar		13.220	2.956
Outras contas a pagar		419	720
Pagamento de debêntures - juros	10.a	(6.567)	(7.366)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(12.400)	(2.997)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**48.973**	**48.007**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras		797	(2.083)
Aquisição de imobilizado		(132)	(20)
Caixa líquido gerado/aplicado pelas atividades de investimento		**665**	**(2.103)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	13.c	(20.000)	(28.900)
Pagamento de debêntures - principal	10.a	(18.581)	(17.403)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		**(38.581)**	**(46.303)**
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**11.057**	**(399)**
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	8.631	9.030
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	19.688	8.631
Aumento/redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		**11.057**	**(399)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Notas explicativas	Capital social	Reservas: Reserva legal	Reservas: Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021		**158.600**	**5.079**	**21.682**	**-**	**185.361**
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(21.682)	(207)	(21.889)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	24.244	24.244
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	1.212	-	(1.212)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(5.551)	(5.551)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	17.274	(17.274)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022		**158.600**	**6.291**	**17.274**	**-**	**182.165**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	51.878	51.878
Destinação do resultado do exercício						
Constituição da reserva legal		-	2.594	-	(2.594)	-
Dividendo mínimo obrigatório por ação		-	-	-	(12.321)	(12.321)
Constituição da reserva de retenção de lucros		-	-	36.963	(36.963)	-
Distribuição de dividendos adicionais		-	-	(14.450)	-	(14.450)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	13	**158.600**	**8.885**	**39.787**	**-**	**207.272**

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

1 Informações gerais: 1.1 Contexto operacional: A Transenergia Renovável S.A. ("TER" ou "Companhia"), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 18 de dezembro de 2008 sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Transenergia Renovável, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% e por Furnas Centrais Elétricas S.A., controlada pela Eletrobras, com 49%, vencedor do Lote C do Leilão nº 008/2008 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)), para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL. Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção de linhas de transmissão e subestações localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, com o objetivo de escoar a energia excedente dos processos de cogeração de sete usinas de açúcar e álcool presentes na região. **1.2 Da concessão:** No dia 23 de abril de 2009, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão de energia elétrica, que se encontram em operação e estão distribuídas em áreas dos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: **(i)** LT 230 kV CD Chapadão – Jataí com 138 km e LT Morro Vermelho - Alto Taquari com 30 km, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; **(ii)** LT 230 kV CS Barra dos Coqueiros – Quirinópolis com 52 km, localizada no Estado de Goiás; **(iii)** LT 230 kV CS Palmeiras – Edeia com 59 km, localizada no Estado de Goiás; **(iv)** Implantação e ampliação das subestações associadas, localizadas nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul e; **(v)** Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG) e Instalações de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG), referentes à LT Chapadão - Jataí; à LT Morro Vermelho - Alto Taquari; e à LT Edeia - Tropical Bioenergia I. As instalações acima entraram em operação comercial nas seguintes datas: LT Chapadão – Jataí entrou em operação em dezembro de 2012, LT Morro Vermelho – Alto Taquari entrou em operação em março de 2013, LT Barra dos Coqueiros – Quirinópolis entrou em operação em abril de 2011 e a LT Palmeiras – Edéia entrou em operação parcial em fevereiro de 2012 e total em maio de 2013. Os equipamentos e as instalações relativos a ICG e IEG deverão ser transferidos, sem ônus, à concessionária de distribuição local, exceto os transformadores integrantes das ICG e suas conexões. Após a transferência dos ativos ICG e IEG, a Companhia deverá assinar o Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) relativos aos pontos de conexão com a rede básica com a concessionária de distribuição em substituição aos CCT pactuados entre a Companhia e as centrais de geração. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à transmissora da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.216/2023, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2023 a junho/2024, é de R$89.305 (R$80.929 no ciclo julho/2022 a junho/2023), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS e COFINS). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do contrato de concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2024. Quando do encerramento do recebimento da RAP referente as ICG e IEG, os valores considerados nos fluxos de caixa futuros serão reduzidos em 69%, consequentemente a RAP representará R$27.684 do valor total atual definido pela ANEEL. Conforme previsto no Contrato de Concessão, o atraso na construção das linhas de transmissão incorrido por ocorrências não imputáveis à transmissora não resulta em penalidades por parte das autoridades reguladoras à concessionária. Nesse sentido, a Companhia formalizou o pleito de alteração do cronograma de implantação do empreendimento, por entender que o atraso no término das obras se deu por situações não imputáveis à transmissora. Por meio do Despacho n°. 1.355/2021, a ANEEL decidiu por dar parcial provimento ao requerimento protocolado pela Companhia, aprovando a recomposição do prazo de concessão em 399 (trezentos e noventa e nove) dias. Em razão da referida decisão, foi celebrado o 5° Termo Aditivo ao Contrato de Concessão n°. 009/2009, que alterou para 26 de maio de 2040 a data do término da concessão. A ANEEL, por meio do Ofício Circular n° 9/2023-SCT/ANEEL, de 22 de março de 2023, informou sobre a necessidade dos CCT que regulam a exploração das ICG e das IEG serem prorrogados pelo prazo de 399 dias, em cumprimento ao Despacho supracitado. A prorrogação da vigência dos CCT, já formalizada pela Companhia com os usuários destas instalações, resultou na postergação da data da transferência destes ativos de 01 de julho de 2025 para 04 de agosto de 2026. Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão (RGR) - Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional. Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela Aneel, no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional. Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida. A transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa n° 443/2011, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R$40.043, valor este correspondente a estimativa do valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora. A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe os artigos. 6º e 11° da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão. **2 Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. Em 31 de dezembro de 2023, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando. **2.2 Data de aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 05 de fevereiro de 2024. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. **2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.5 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: ***(i) Contabilização de contratos de concessão:*** Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual. ***(ii) Reconhecimento do ativo de contrato:*** A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa 1.2. ***(iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato:*** A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 7,05% a.a. **3 Principais práticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras: **a. Receita operacional:** Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: • Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada vés de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento. • Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. • Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações. **b. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo. A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(i) Ativos financeiros:*** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado. *Custo amortizado:* São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e bancos", "Contas a receber (ativo de contrato)", "Concessionárias e permissionárias" e "Outros créditos". *Valor justo por meio do resultado:* Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2023, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Aplicações financeiras". ***(ii) Passivos financeiros:*** Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam "Outras contas a pagar", "Fornecedores", "Debêntures", "Dividendos" e "Obrigações estimadas". **c. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. **d. Concessionárias e permissionárias:** Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo e Caráter Individual das Centrais de Geração (IEG) e Instalações de Transmissão de Interesse Exclusivo das Centrais de Geração para Conexão Compartilhada (ICG). **e. Ativo de contrato:** A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros. O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP). Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos. **f. Despesas antecipadas:** Correspondem aos prêmios de seguros pagos antecipadamente que serão apropriados de acordo com a vigência das apólices. **g. Demais ativos circulante e não circulante:** São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas. **h. Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente. **i. Impostos e contribuições:** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro real, a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais. **j. Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment'):** A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados. **k. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.03.22 06:53:58 -03'00'

Transenergia Renovável S.A.

CNPJ nº 10.553.895/0001-45

com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **l. Resultado por ação:** O resultado por ação, é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia. **m. Demonstrações dos fluxos de caixa ("DFC"):** A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros. **n. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia, e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS - *International Financial Reporting Standards* (Normas Internacionais de Relatório Financeiro). A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para perda de créditos), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. **3.1 Normas e interpretações novas e revisadas: Novas normas aplicadas a partir de 01/01/2023:** No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e *IFRS Practice Statement 2 – Making Material Judgments*	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 32/ IAS 12	Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação	01/01/2023

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

4 Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	3	3
Bancos	188	414
Aplicações financeiras	19.497	8.214
Total	**19.688**	**8.631**

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	CDB DI	99,74% CDI	19.497	8.214
Total			**19.497**	**8.214**

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20.

5 Aplicações financeiras vinculadas (Caixa restrito): Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2023	31/12/2022
Banco Itaú	Fundo TOP REF DI	93,99% CDI (*)	12.667	13.464
Total			**12.667**	**13.464**

(*) Rentabilidade relativa ao benchmark dos últimos 12 meses.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa de n° 20. **6 Concessionárias e permissionárias:** Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, a própria, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2023	31/12/2022
Concessionárias e permissionárias	9.311	8.170
Total	**9.311**	**8.170**

7 Contas a receber (Ativo de contrato)

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2021	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022
Ativo de contrato	**306.689**	**40.522**	**(57.889)**	**289.322**
Circulante	52.838			58.767
Não circulante	253.851			230.555

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2022	Atualização/ remuneração do ativo de contrato (+)	Realização do ativo de contrato (-)	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023
Ativo de contrato	**289.322**	**85.815**	**(62.733)**	**312.404**
Circulante	58.767			60.726
Não circulante	230.555			251.678

O ativo de contrato refere-se à prestação de serviços de construção, operação e manutenção das instalações de transmissão e estão classificadas como custo amortizado.

8 Transações com partes relacionadas: A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, as outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir: **a. Remuneração dos administradores:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração dos administradores, totalizou R$1.027 (R$825 em 2022), sendo registrada como despesas administrativas no resultado.

	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração	(815)	(673)
Encargos e benefícios	(212)	(152)
Total	**(1.027)**	**(825)**

b. Dividendos a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Gebbras Participações Ltda	6.284	2.831
Furnas Centrais Elétricas S.A.	6.037	2.720
Total	**12.321**	**5.551**

9 Fornecedores	31/12/2023	31/12/2022
STK Sistemas do Brasil Ltda	50	50
Buriti Serviços Empresariais Ltda	79	57
Buriti Segurança Especializada Ltda	120	76
CEL Engenharia Ltda	593	-
Outros	239	151
Total	**1.081**	**334**

10 Debêntures: A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R$123.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033. Os recursos obtidos pela Companhia com a oferta restrita foram destinados (i) ao pré-pagamento do Contrato de Financiamento junto ao BNDES, (ii) à redução do capital social da Companhia, nos termos aprovados pela ANEEL por meio do Despacho ANEEL nº 3.664 de 23 de dezembro de 2020, e da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 8 de março de 2021; e (iii) à distribuição de dividendos aos Acionistas.

a. Composição:	Taxa anual de juros	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures – 1ª emissão	**IPCA + 6,0405% a.a.**	**95.197**	**108.490**
Circulante		9.934	10.251
Não circulante		85.263	98.239

Segregação por ano de vencimento:

	2024	2025	2026	Demais anos	Total
Debêntures – 1ª emissão	9.934	10.234	10.234	64.795	**95.197**

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**118.699**
Provisão de juros	7.712
Variação monetária	6.568
Apropriação custos de transação	280
(-) Amortização de principal	(17.403)
(-) Pagamento de juros	(7.366)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**108.490**
Provisão de juros	6.671
Variação monetária	4.904
Apropriação custos de transação	280
(-) Amortização de principal	(18.581)
(-) Pagamento de juros	(6.567)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**95.197**

c. Garantias: A Companhia, por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças", cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 009/2009 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 013/2009 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Furnas alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade. **d. Covenants:** A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais. De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalor de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD. A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos covenants nas demonstrações contábeis regulatórias, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram identificados descumprimentos de covenants.

11 Outras contas a pagar	31/12/2023	31/12/2022
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	967	644
Reserva global de reversão - RGR	411	232
Taxa de fiscalização – TFSEE	1.304	1.240
Antecipação Aviso de crédito de clientes	-	700
Outros	1.362	809
Total	**4.044**	**3.625**

12 Provisões para riscos: A Companhia está envolvida em processos cíveis e fiscais, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, conforme informações abaixo:

	31/12/2023			31/12/2022		
Risco	**Cível**	**Fiscal**	**Total**	**Cível**	**Fiscal**	**Total**
Possível (a)	3.767	2.141	5.908	3.438	2.059	5.497
	3.767	**2.141**	**5.908**	**3.438**	**2.059**	**5.497**

a. Processos possíveis: compõem-se basicamente de (i) um processo de R$3.168 (R$ 2.794 em 2022), movido pelo IBAMA, que alega que a Companhia deixou de atender condicionantes da licença de operação, (ii) um processo R$2.141 (R$ 2.059 em 2022) que requer o pagamento adicional de ICMS de substituição tributária sobre entradas de material elétrico no Estado de Goiás e (iii) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R$599 (R$ 644 em 2022). **13 Patrimônio líquido: a. Capital social:** O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 158.600, representado por 220.600.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	31/12/2023			31/12/2022		
Acionistas	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**	**Quantidade de ações ordinárias**	**% do capital**	**Valor**
Gebbras Participações Ltda	112.506.000	51	80.886	112.506.000	51	80.886
Furnas Centrais Elétricas S.A.	108.094.000	49	77.714	108.094.999	49	77.714
Total	**220.600.000**	**100**	**158.600**	**220.600.000**	**100**	**158.600**

b. Reserva de lucros: As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária - AGO.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Reserva legal (5%)	(2.594)	(1.212)
Lucro líquido do exercício ajustado	**49.284**	**23.032**
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	12.321	5.758
Reserva de retenção de lucros	36.963	17.274

A movimentação das reservas de lucro está demonstrada a seguir:

Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2022	**23.565**
Distribuição de dividendos	(14.450)
Constituição reservas de lucros	39.557
Saldo das reservas de lucro em 31 de dezembro de 2023	**48.672**

c. Dividendos: Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é de que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuído, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia efetuou o pagamento de R$20.000, referente a dividendos de exercícios anteriores. A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2022	**5.551**
Pagamento de dividendos	(20.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	12.321
Dividendos adicionais reserva de retenção de lucros	14.450
Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2023	**12.321**

14 Resultado por ação	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	51.878	24.244
Quantidade de ações ordinárias (em milhares)	220.600	220.600
Resultado por ação ordinária (em Reais)	**0,2352**	**0,1099**

Não há efeitos de diluição no cálculo do resultado por ação.

15 Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de remuneração do ativo de contrato	85.815	40.522
Receita de operação	30.048	19.474
Receita bruta	115.863	59.996
(-) PIS e COFINS	(10.593)	(2.190)
(-) Encargos regulatórios	(4.766)	(4.057)
Receita líquida	**100.504**	**53.749**

16 Despesas gerais e administrativas	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(174)	(274)
Administradores	(1.027)	(825)
Material	(14)	(6)
Serviços de terceiros	(888)	(2.007)
Seguros	(21)	(33)
Tributos	-	(1)
Depreciação	(29)	(43)
Outras despesas e receitas operacionais	(206)	(275)
Total	**(2.359)**	**(3.464)**

17 Resultado Financeiro	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4.333	3.818
PIS/COFINS s/receitas financeiras	(202)	-
Outras receitas financeiras	12	22
	4.143	**3.840**
Despesas financeiras		
Juros s/debêntures	(6.671)	(7.712)
Atualizações monetárias	(4.992)	(6.621)
Outras despesas financeiras	(497)	(466)
	(12.160)	**(14.799)**
Total do resultado financeiro	**(8.017)**	**(10.959)**

18 Impostos e contribuições: a. Tributos diferidos

Natureza dos tributos	31/12/2023	31/12/2022
PIS diferido	2.261	1.881
COFINS diferido	10.434	8.680
IRPJ diferido	15.274	5.786
CSLL diferido	6.541	3.124
	34.510	**19.471**

b. Imposto de renda e contribuição social: Em 2023 a Companhia passou a adotar a tributação com base no lucro real, por esse motivo não está sendo apresentado o saldo comparativo em 31 de dezembro de 2022.

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2023
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	78.419
Alíquota nominal	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(26.662)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	121
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	**(12.903)**
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	**(13.638)**
Alíquota efetiva	33,85%
Total de IRPJ e CSLL	**(26.541)**

19 Custo de operação e manutenção	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	(428)	(467)
Material	(325)	(189)
Serviços de terceiros	(10.289)	(10.457)
Arrendamentos e aluguéis	(240)	(134)
Seguros	(157)	(120)
Recuperação de custos	163	400
Outros custos de operação e manutenção	(432)	(986)
Total	**(11.708)**	**(11.953)**

20 Instrumentos financeiros: a. Classificação dos instrumentos financeiros

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/ Valor justo por meio do resultado	19.688	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	12.667	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	9.311	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	312.404	
Outros créditos	Custo amortizado	1.403	
		355.473	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	95.197	
Fornecedores	Custo amortizado	1.081	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	12.321	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	4.044	
		112.643	

Ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Caixa e Equivalente de caixa	Custo amortizado/ Valor justo por meio do resultado	8.631	1
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	13.464	1
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado	8.170	
Contas a receber (Ativo de contrato)	Custo amortizado	289.322	
Outros créditos	Custo amortizado	347	
		319.934	

Passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022	Classificação de acordo com o CPC 48	Valor contábil de acordo com o CPC 48	Nível valor justo
Debêntures	Custo amortizado	108.490	
Fornecedores	Custo amortizado	334	
Dividendos a pagar	Custo amortizado	5.551	
Outras contas a pagar	Custo amortizado	2.937	
		117.312	

b. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado e custo amortizado, são classificados como nível 1. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação. Hierarquia do valor justo : Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **c. Gerenciamento de riscos:** A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado. ***(i) Risco de crédito:*** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao contas a receber, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. ***(ii) Risco de liquidez:*** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade. O quadro a seguir demonstra análise dos vencimentos para os principais passivos financeiros, incluindo a projeção de correção monetária e juros futuros, em 31 de dezembro de 2023.

	Total	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 2 anos
Fornecedores	1.081	1.081	-	-
Debêntures	102.883	28.762	49.626	24.496

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. *Riscos relacionados às aplicações financeiras:* A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco. *Riscos relacionados à taxa de juros:* Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros. ***d. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros:*** As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e da IPCA. Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto nas despesas e nas receitas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros informadas no *site* do Banco Central, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco. Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Queda de 25%	Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		13,03	9,77	6,52
Aplicações financeiras		32.164	4.191	3.143	2.096
Impacto no resultado			-	(1.048)	(2.095)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil – BACEN

Premissas para a análise de sensibilidade:

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário provável (*)	Aumento de 25%	Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,72	5,90	7,08
Debêntures		95.197	4.493	5.617	6.740
Impacto no resultado			-	(1.124)	(2.247)

(*) Conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil - BACEN

21 Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2023 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	30.000	30/04/2023 a 30/04/2024
Risco operacional	39.325	30/04/2023 a 30/04/2024
Responsabilidade civil geral	6.000	30/04/2023 a 30/04/2024

(*) Apólice unificada com outras Companhias do Grupo

22 Questões ambientais: As condicionantes definidas no licenciamento ambiental expedido pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos – SECIMA do Estado de Goiás e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia. **23 Eventos subsequentes – Incorporação do acionista Furnas pela Eletrobras:** As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, controlador do acionista Furnas, aprovou em 11 de janeiro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, a autorização aos administradores da Eletrobras a praticarem todos os atos necessários à implementação da Incorporação de Furnas pela Eletrobras, com eficácia condicionada à implementação das condições suspensivas previstas no Protocolo e Justificação. Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2024.

Gersino Saragosa Guerra - Diretor Presidente;
Antônio Costa e Costa - Diretor Técnico.
Credibile Soluções Contábeis e Emp. S/S
Leandro Borges Jordão - Contador - CRC GO-001605/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Transenergia Renovável S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transenergia Renovável S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transenergia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião :** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado :* As demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação da nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 2024. DELOITTE TOUCHE TOHMATSU - Auditores Independentes Ltda. - CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ; Diego Wailer da Silva - Contador - CRC nº 1 RS 074562/O-3.